



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 – Número 468 - 20/07 a 24/07/2026

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

Destaque da Semana

[TST pretende intensificar julgamentos de repetitivos no segundo semestre](#)

Jota - 22/07/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) deve acelerar o julgamento de incidentes de recursos repetitivos (IRRs) no segundo semestre de 2026. Após pacificar oito temas no primeiro semestre, ainda restam 98 incidentes pendentes de julgamento de mérito. Em sessão que encerrou o semestre judiciário, o ministro Vieira de Mello Filho anunciou que o Tribunal realizará sessões extraordinárias do Pleno às quartas-feiras, quando não houver sessões presenciais das Turmas, com o objetivo de ampliar a capacidade de julgamento desses processos.

Outra iniciativa divulgada pelo presidente do TST é de analisar mais de um incidente de recurso repetitivo (IRR) por sessão. “Esse esforço contribuirá para a uniformização da jurisprudência, a redução do estoque e o fortalecimento da segurança jurídica”, frisou Vieira de Mello Filho.

Entre os temas que já estão preparados para julgamento e que podem entrar nas próximas sessões do Pleno está o IRR 149, que definirá a validade de norma coletiva que amplia a jornada em ambiente insalubre sem autorização prévia do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Também pode entrar na pauta o IRR 102, sobre o intervalo interjornada dos petroleiros em regime de turnos de 8 horas, à luz da tese do STF sobre a prevalência do negociado sobre o legislado (Tema 1.046).

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Jornada investiga o assédio eleitoral no ambiente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2026

A liberdade de escolher um candidato é um dos pilares do processo democrático. Mas, para muitos trabalhadores, o período eleitoral pode trazer uma ameaça adicional: a pressão exercida no ambiente de trabalho para influenciar o voto. Dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) mostram a dimensão do problema. Entre as eleições de 2018 e 2022, as denúncias registradas pelo órgão passaram de 212 para 3.465 casos, um aumento de 1.534%.

[Afastada reintegração imediata de metalúrgico que fez comentário contra estatal e CEO em rede social](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/07/2026

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou decisão que afastou a reintegração de um metalúrgico da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) dispensado por justa causa por comentário considerado ofensivo ao CEO da empresa. Ele tinha conseguido ser reintegrado antes do julgamento de sua reclamação trabalhista, mas a liminar foi derrubada porque a validade da justa causa ainda está em discussão na ação principal.

[Novos valores dos depósitos recursais passam a valer em 1º de agosto](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/07/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou os novos valores dos limites dos depósitos recursais, que passarão a vigorar a partir de 1º de agosto de 2026. A atualização segue

RADAR TRABALHISTA

a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) no período de julho de 2025 a junho de 2026.

[Engenheiro acusado injustamente de favorecer filho obtém aumento de indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/07/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a pagar R\$ 200 mil de indenização a um engenheiro acusado indevidamente de improbidade. A decisão destacou a ausência de provas robustas da acusação e concluiu que o valor de R\$ 50 mil anteriormente fixado não refletia a gravidade da conduta da empresa nem os impactos à reputação profissional do trabalhador.

[Dispensa de motorista com HIV é julgada discriminatória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/07/2026

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu como discriminatória a dispensa de um motorista de ônibus com o vírus HIV e determinou que as instâncias anteriores examinem o pedido de indenização com base nessa premissa. A decisão segue a jurisprudência do TST a respeito da dispensa de pessoas com doenças graves ou estigmatizantes. O processo tramita em segredo de justiça.

[IA: dois casos destacam pioneirismo da Justiça do Trabalho na segurança digital](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/07/2026

Dois casos de tentativa de fraude digital usando comandos invisíveis em processos trabalhistas acenderam o alerta no judiciário brasileiro e evidenciaram o pioneirismo da Justiça do Trabalho (JT) na segurança de inteligência artificial (IA). Ao barrar os ataques, uma ferramenta desenvolvida pela própria instituição tornou-se a primeira do país a detectar publicamente a tática conhecida como prompt injection, usada para tentar manipular decisões judiciais de forma automatizada.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[24 de julho: Dia da Lei de Cotas e o Fortalecimento da Inclusão no Mercado de Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/07/2026

Neste dia 24 de julho, celebra-se o marco da promulgação da Lei nº 8.213/1991. Embora a legislação trate da Previdência Social como um todo, foi o seu Artigo 93 que entrou para a história do país sob o nome de Lei de Cotas, um dos instrumentos mais expressivos de promoção da igualdade e inclusão social no Brasil. A norma estabelece a obrigatoriedade da reserva de vagas para pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da Previdência Social em empresas com 100 ou mais empregados. Mais do que o cumprimento de uma exigência legal, a data convida à reflexão sobre a importância de garantir o direito ao trabalho em condições de equidade, dignidade e respeito.

[Aprendizagem Profissional: regras, direitos e funcionamento do contrato de aprendizagem](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/07/2026

Aprendizagem Profissional é uma modalidade de contratação que combina formação teórica e experiência prática no ambiente de trabalho, conforme previsto na legislação. Instituída pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, a contratação de aprendizes é destinada a adolescentes e jovens entre 14 anos completos e 24 anos incompletos. O contrato de aprendizagem garante registro em carteira de trabalho e acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

[Regras do auxílio-alimentação e do auxílio-refeição passam a valer para todas as empresas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/07/2026

As disposições do Decreto nº 12.712/2025, que regulamenta a utilização do vale-alimenta-

RADAR TRABALHISTA

ção (VA) e do vale-refeição (VR) no Brasil, aplicam-se a todas as empresas que concedem esses benefícios, independentemente de estarem ou não inscritas no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A medida estabelece parâmetros uniformes para a operacionalização dos benefícios, com o objetivo de garantir a observância da finalidade legal do auxílio-alimentação, além de disciplinar as relações entre trabalhadores, empresas contratantes, estabelecimentos comerciais e demais agentes envolvidos.

[Agências do INSS têm mais de 13 mil vagas de atendimento neste fim de semana \(25 e 26\)](#)

Ministério da Previdência Social - 24/07/2026

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência Social (MPS) disponibilizaram 13,9 mil vagas de atendimento neste fim de semana (25 e 26 de julho), em Agências da Previdência Social distribuídas pelo país. Os atendimentos serão destinados à realização de perícias médicas e avaliações sociais, etapas obrigatórias para concessão de benefícios.

[Aulas on-line discutem efeitos do trabalho em turnos e noturno sobre a saúde e intervenções para reduzir riscos e acidentes](#)

Fundacentro - 24/07/2026

O curso gratuito “Gestão da Organização do Trabalho em Turnos e Noturno” abrirá pré-inscrições às 10h de 03 de agosto e encerrará às 16h de 10 de agosto ou quando alcançar 32 pré-inscritos. As aulas ocorrem de 09 de setembro a 10 de outubro de 2026, às segundas ou quartas-feiras (conforme cronograma abaixo), das 14h às 18h. O acesso será ao vivo pelo Google Meet.

[Artigo aborda enfrentamento das violências relacionadas ao trabalho](#)

Fundacentro - 23/07/2026

O artigo A Convenção 190 da OIT e o enfrentamento das violências relacionadas ao traba-



RADAR TRABALHISTA

Iho: avanços e limites no tratamento normativo, publicado na Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, analisa a abordagem proposta por essas normas internacionais em relação à prevenção desses atos. As autoras destacam a necessidade de participação dos(as) trabalhadores(as) e de suas representações no enfrentamento das violências relacionadas ao trabalho, de forma que se extrapole os limites consultivos. Para tanto, é fundamental a efetividade do direito à organização e representação nos locais de trabalho.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e MTE promovem debates para discutir melhorias em alojamentos da construção civil na Grande João Pessoa](#)

Ministério Público do Trabalho - 23/07/2026

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) se reuniram, na tarde dessa quarta-feira (22), com representantes de trabalhadores e empregadores da construção civil para discutir a prevenção e o enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão e a melhoria das condições em alojamentos da categoria. A primeira reunião aconteceu às 14h, na Sede da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-PB), em João Pessoa. Já o segundo debate, ocorreu na Sede do Sindicato da Indústria da Construção Civil de João Pessoa (Sinduscon-JP) e reuniu aproximadamente 150 empresários do setor da construção civil da Capital.

[MPT reafirma direito sindical de fiscalizar contratos de terceirização do poder público](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/07/2026

O direito de acesso a documentos para fiscalização de contratos de terceirização do poder público pelos sindicatos é reafirmado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) na Nota Técnica PGT/MPT nº 02/2026, divulgada na terça-feira (14.7). O documento enfatiza que a recusa injustificada ao fornecimento de informações pode caracterizar, em tese, prática antissindical, sujeita à responsabilização e à intervenção do MPT.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[STF: a distribuição do ônus da prova na contratação de autônomos](#)

Consultor Jurídico - 26/07/2026

Ao reconhecer a repercussão geral no ARE 1.532.603/PR, o Supremo Tribunal Federal inaugurou o Tema 1.389, sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes, e submeteu a julgamento a seguinte questão constitucional: “competência e ônus da prova nos processos que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade”. A magnitude da controvérsia é atestada pela suspensão nacional dos processos que versam sobre a matéria, determinada pelo relator em abril de 2025 e apenas parcialmente levantada em junho de 2026.

[Empurrão silencioso: como a reforma tributária e a previdência incentivam a pejetização](#)

Consultor Jurídico - 25/07/2026

Imagine duas empresas iguais, que precisam exatamente do mesmo profissional. A primeira o contrata com carteira assinada. A segunda pede que ele abra uma empresa e preste o mesmo serviço como PJ. Pela mesma tarefa, a segunda empresa paga menos e o trabalhador tende a preferir o vínculo PJ. Não por uma brecha isolada, mas porque diferentes decisões do Estado passaram a apontar nessa direção.

[Justa causa por extrapolar jornada em quatro minutos é medida excessiva](#)

Consultor Jurídico - 25/07/2026

A 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) manteve a sentença que anulou a demissão por justa causa aplicada a um empregado que extrapolou a jornada de trabalho em apenas quatro minutos. A empresa sustentou que o trabalhador

RADAR TRABALHISTA

permaneceu em serviço além da décima hora diária sem autorização do chefe e considerou que a conduta, somada a medidas disciplinares anteriores, caracterizava desídia, hipótese prevista no artigo 482 da CLT.

[Envio de dados corporativos sigilosos para e-mail pessoal valida justa causa](#)

Consultor Jurídico - 24/07/2026

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) confirmou a demissão por justa causa de um vendedor de autopeças que enviou cerca de 60 e-mails com informações empresariais para o próprio e-mail. Em primeiro grau, a sentença da juíza Julieta Pinheiro Neta, da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, considerou válida a demissão.

[Print não basta: autenticidade e limites da prova digital no processo do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 23/07/2026

Capturas de tela de conversas de WhatsApp, áudios extraídos de aplicativos e registros de redes sociais transformaram-se no principal insumo probatório do contencioso trabalhista contemporâneo. Em carteiras empresariais de grande volume, é raro o processo em que a petição inicial não venha instruída com prints destinados a demonstrar jornada, assédio, cobranças abusivas ou promessas não cumpridas.

[Estabilidade da gestante não depende de fim do contrato ou ciência do empregador](#)

Consultor Jurídico - 23/07/2026

A estabilidade garantida à empregada gestante é objetiva, o que significa que ela não depende da ciência do empregador ou do encerramento do contrato temporário. Com esse entendimento, a juíza Fernanda Constantino de Campos, da Unidade de Audiências da Secretaria Conjunta do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo), deferiu tutela de urgência para determinar reintegração de uma gestante ao posto de trabalho.

RADAR TRABALHISTA

[Pedido de demissão afasta indenização por perda da estabilidade](#)

Consultor Jurídico - 23/07/2026

O pedido de demissão formulado por uma empregada gestante, seguido da adoção pela empregadora dos trâmites regulares para a rescisão contratual, configura renúncia à garantia provisória de emprego, afastando a alegação de nulidade da rescisão. Com esse fundamento, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) manteve a rejeição dos pedidos de anulação da dispensa, conversão da demissão em dispensa sem justa causa e indenização referente ao período de estabilidade gestacional apresentados por uma trabalhadora.

[Desproteção contra demissão arbitrária e fomento à discriminação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 22/07/2026

Recentes dados divulgados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam que, de todas as despedidas sem justa causa, informadas entre 2020 a 2025, 4.907.693 ocorreram com mulheres. E desse espectro, 383.737 trabalhadoras tiveram o contrato de trabalho cessado sem justo motivo após o retorno da licença-maternidade. A Secretaria de Inspeção do Trabalho também pontuou que não houve detalhamento específico sobre despedidas ocorridas quando ainda em curso a garantia de emprego, que, na literalidade do artigo 10, II, b do ADCT da Constituição, é assegurada desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A falta de registro acontece em razão de o eSocial não possuir campo específico para registrar gestação ou garantia de emprego.

[Adicional por insalubridade reconhecida em juízo deve ser pago desde início da atividade](#)

Consultor Jurídico - 21/07/2026

O direito ao adicional de insalubridade decorre da lei, sendo devido desde o início do exercício da atividade insalubre, independentemente da data da elaboração do laudo

RADAR TRABALHISTA

pericial judicial. Com essa conclusão, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso especial de um município em processo contra um servidor municipal encarregado da limpeza de banheiros escolares.

[Risco acentuado de choque elétrico dá direito a adicional de periculosidade](#)

Consultor Jurídico - 21/07/2026

A exposição de um empregado a redes elétricas energizadas durante um trabalho de manutenção de elevadores configura atividade de risco acentuado e autoriza o pagamento de adicional de periculosidade. Com esse entendimento unânime, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) manteve sentença que condenou uma empresa de elevadores a pagar o adicional a um empregado.

[Acesso indevido a WhatsApp é prova inválida para justa causa, afirma TST](#)

Consultor Jurídico - 20/07/2026

A 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou ilícitas as provas que serviram de base para a dispensa por justa causa de uma supervisora de uma microempresa de Guarulhos (SP) durante sua gravidez. Com isso, a dispensa foi revertida e a trabalhadora terá direito aos salários correspondentes ao período de estabilidade de gestante. De acordo com o relato, ao fazer a manutenção dos computadores um técnico descobriu que a supervisora mantinha contato com os ex-sócios pelo WhatsApp.

[Siderúrgica é condenada a indenizar por falta de banheiros para empregados](#)

Consultor Jurídico - 20/07/2026

A falta de banheiros adequados no local de trabalho configura dano moral presumido e gera dever de indenizar. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) condenou uma siderúrgica a pagar R\$ 20 mil, por danos morais, uma trabalhadora que precisava utilizar um balde para suas necessidades fisiológicas.

RADAR TRABALHISTA

[STF analisará lei que vincula uso de banheiros ao sexo biológico](#)

Migalhas - 23/07/2026

O STF vai analisar a constitucionalidade da lei do Pará que autoriza instituições religiosas, escolas confessionais e entidades por elas mantidas a estabelecer regras para o uso de banheiros com base exclusivamente no sexo biológico. Para entidades de defesa da população LGBTQIA+, a norma desconsidera a identidade de gênero e afronta garantias previstas na Constituição.

[NR-1 pode acelerar nova onda de processos trabalhistas](#)

Migalhas - 22/07/26

A implementação da nova NR-1 pode ampliar ainda mais o volume de ações trabalhistas, especialmente em temas ligados à saúde mental, carga de trabalho e regras de jornada. As novas regras obrigam empresas de todos os portes a incluírem a prevenção de riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), visando combater fatores como assédio e sobrecarga, visando proteger a saúde mental dos trabalhadores.

[Latam indenizará funcionário PcD alvo de piadas e trabalho pesado](#)

Migalhas - 21/07/2026

A 1ª turma do TRT da 16ª região manteve condenação da Latam ao pagamento de indenização de R\$ 36 mil por danos morais a empregado com deficiência física submetido, por mais de dez anos, a atividades incompatíveis com sua condição de saúde e a constantes apelidos e piadas ofensivas no ambiente de trabalho. Para o colegiado, a prática configurou assédio moral e discriminação recreativa.

RADAR TRABALHISTA

[Lei de Cotas faz 35 anos com apenas 1,27% dos postos de trabalho ocupados por pessoas com deficiência](#)

Revista Proteção - 24/07/2026

A Lei nº 8.213/1991, conhecida como Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (PcD), completa 35 anos nesta sexta 24. Mas o que deveria ser um dos principais marcos da inclusão no mercado de trabalho segue sendo descumprido pelas empresas. É o que revelam os dados da relação anual de informações sociais (Rais), do Ministérios do Trabalho e Emprego, compilados pelo Dieese.

[NR-12 vai muito além de uma obrigação técnica](#)

Revista Proteção - 24/07/2026

Quanto custam acidentes de trabalho para uma empresa? A resposta vai muito além de afastamentos, multas ou indenizações. Envolve paralisação da produção, perda de produtividade, danos à reputação, aumento do passivo trabalhista e, sobretudo, impactos muitas vezes irreversíveis na vida de trabalhadores e suas famílias.

[EPIs e NRs têm papel estratégico na limpeza e higienização](#)

Revista Proteção - 24/07/2026

O Brasil registrou o maior número de acidentes e mortes no trabalho, atingindo a marca histórica de 806.011 acidentes e 3.644 óbitos, segundo dados da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No acumulado entre 2016 e o período recente, o país soma 6,4 milhões de ocorrências e 27.486 mortes, gerando um impacto de mais de 106 milhões de dias de trabalho perdidos por afastamentos temporários.

[ANAMT Virtual abre inscrições para curso sobre Inteligência Artificial aplicada à Medicina do Trabalho](#)

RADAR TRABALHISTA

Revista Proteção - 23/07/2026

A ANAMT Virtual está com inscrições abertas para o curso “Inteligência Artificial na Medicina do Trabalho – Do ASO ao PCMSO: aplicações práticas da IA com ética, segurança e responsabilidade profissional”. Essa capacitação é voltada a médicos que desejam incorporar o uso dessa nova tecnologia à sua prática diária sem ferir aspectos legais ou normativos relacionados à atividade e à especialidade.

[Dia Nacional da Prevenção de Acidentes de Trabalho reforça importância da cultura de segurança](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 24/07/2026

Celebrado em 27 de julho, o Dia Nacional da Prevenção de Acidentes de Trabalho reforça a importância da adoção de medidas que promovam a segurança e a saúde dos trabalhadores. A data convida empresas e profissionais a fortalecerem uma cultura permanente de prevenção, contribuindo para ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

[Artigo: Emprego na construção desacelera, mas setor segue entre os que mais contratam](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 24/07/2026

O ritmo de geração de empregos na construção vem desacelerando. De acordo com o Caged, o setor gerou 12 mil novos postos de trabalho com carteira assinada em maio, ante 16,6 mil criados no mesmo mês de 2025. No acumulado de 12 meses até maio, a construção criou 91 mil empregos, ante 98,7 mil gerados no mesmo período imediatamente anterior.

[Sinduscon-SP: Centro de proteção contra quedas capacita trabalhadores da construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 24/07/2026

Desde o início de 2026, cerca de 255 profissionais da construção civil foram capacitados

RADAR TRABALHISTA

no curso “NR-35: Segurança nas Atividades com Trabalho em Altura”, realizado pelo SindusCon-SP no Centro de Treinamento de Proteção Contra Quedas, em São Paulo. Entre os participantes estão trabalhadores de diferentes funções nos canteiros de obras, desde auxiliares até engenheiros.

[Seconci-SP: governo atualiza a NR 10 sobre riscos elétricos](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 22/07/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou a Portaria MTE nº 737/2026, que aprova a nova redação da NR-10, norma que trata da segurança em serviços com energia elétrica. A regra integra os riscos elétricos ao GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). O texto entra em vigor em 1º de junho de 2027, com prazo estendido até 1º de junho de 2028 para adequação aos requisitos de instalação de dispositivos diferenciais residuais (DDR) em áreas molhadas de edificações não residenciais já existentes.

[NR-35 passa a exigir treinamento presencial para trabalho em altura](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/07/2026

Todos os treinamentos previstos na Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35), que trata da segurança em trabalhos em altura, deverão ser realizados exclusivamente na modalidade presencial. A mudança foi estabelecida pela Portaria MTE nº 1.259/2026, publicada no Diário Oficial da União em 16 de julho, e entra em vigor imediatamente, com prazo de transição de um ano para adequação das empresas.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[LEI Nº 15.472, DE 21 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 22/07/2026 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios;

[DECRETO Nº 13.075, DE 21 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 22/07/2026 Seção I Pág. 01) - Altera o Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026, que regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS;

[PORTARIA INTERMINISTERIAL SG-PR/MTE/MPS/MS/MJSP/MEMP Nº216, DE 21 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 22/07/2026 Seção I Pág. 01) - Institui o Comitê Interministerial de Monitoramento das Ações para Trabalhadores por Aplicativos com a finalidade de propor, integrar e monitorar ações, políticas e programas voltados aos trabalhadores por aplicativos;

[DESPACHO DE 21 DE JULHO DE 2026-CGRS](#) (DOU de 22/07/2026 Seção I Pág. 130) - Considerando o encerramento do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para atualização dos dados de mandato da diretoria no Sistema CNES, contado a partir da publicação do Edital de Notificação no Diário Oficial da União de 09/01/2026 | Seção: 3 | Páginas: 147/148, e tendo em vista que as entidades listadas a seguir continuam com informações desatualizadas, com base na Análise Técnica 132 (9133180), resolve: CANCELAR o registro sindical das referidas entidades sindicais, do art. 38, inciso IV, da Portaria MTE nº 3.472/2023;

[PORTARIA MTE Nº 1.316, DE 21 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 22/07/2026 Seção I Extra Pág. 02) - Altera a Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021;

[RESOLUÇÃO CGCONSIG/MTE Nº 4, DE 21 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 23/07/2026 Seção I Extra Pág. 01) - Altera a Resolução CGCONSIG/MTE nº 3 de 25 de junho de 2026, para alterar o percentual de cobertura de garantias previsto no inciso I do § 9º do art. 1º;

RADAR TRABALHISTA

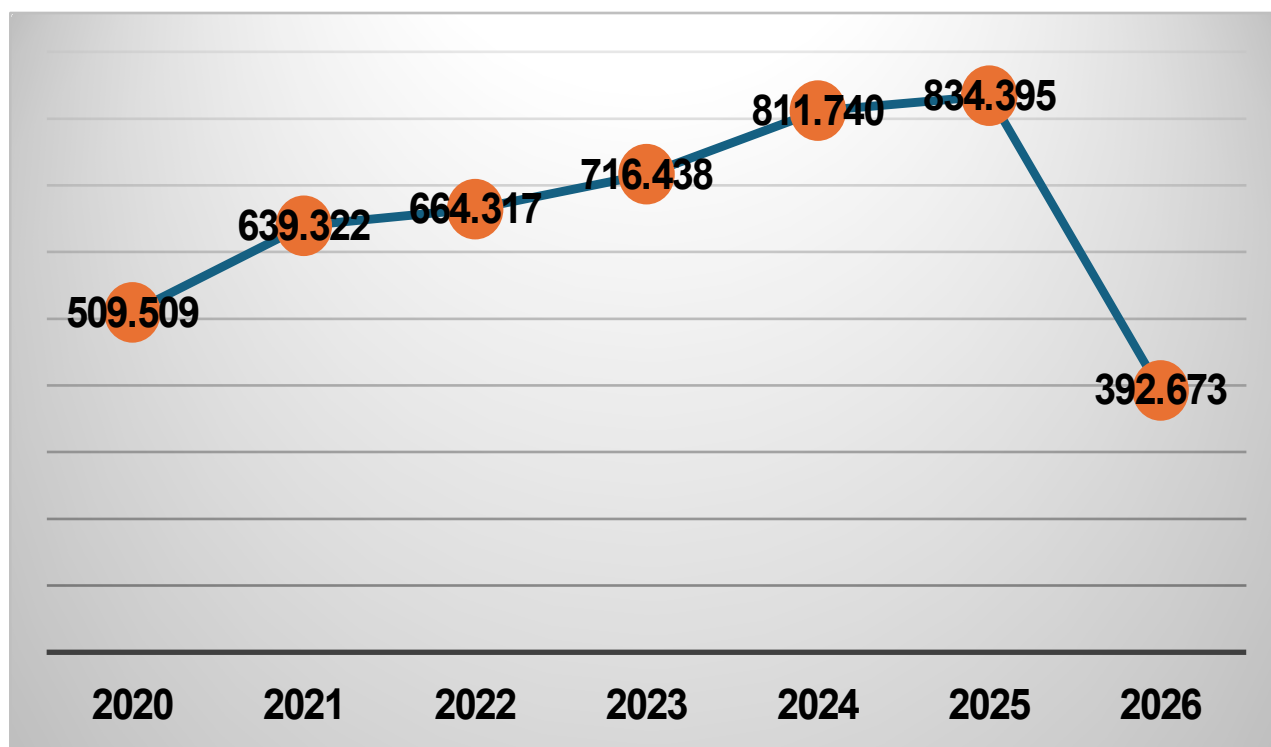
[PORTARIA DPMF/SRGPS/MPS Nº 1.129, DE 20 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 24/07/2026 Seção I Pág. 85) - Divulga as unidades de atendimento em que foram ofertadas perícias médicas por telemedicina, 633 unidades, no período de 04 de abril de 2026 a 04 de julho de 2026, autorizadas pela Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2024;

[PORTARIA Nº 1.227, DE 8 DE JULHO DE 2026](#) (DOU de 24/07/2026 Seção I Pág. 127) - Institui o Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional do Estado do Espírito Santo- FEAP/ES.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Conciliações Homogadas na Justiça do Trabalho até junho de 2026 (1ª e 2ª Instância):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico